

ELA, A HISTÓRIA

HER, HISTORY

Venétia Durando Braga Rios*

RESUMO

Um olhar sobre a sempre boa e necessária teoria da história, revendo questões que sempre estarão submetidas a novos objetos, novas abordagens e novos problemas. A importância dos arquivos, a familiaridade com as fontes. A necessidade do reencontro com historiadores que superam as questões temporais e são leituras obrigatórias. A História e sua narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: *Historiografia. Acervos. Fontes historiográficas.*

ABSTRACT

A look at the good and needed theory of history, reviewing questions that will always be subordinate to new subjects, new approaches and new problems. The present article aims to highlight the importance of archives, the familiarity with the sources. Also the necessity to reunite with historians who overcame temporal questions and are a required reading. Simply history and its narrative.

KEYWORDS: *Historiography. Archive. Historiographical sources.*

Não será por falta de estudos que se justificará esse artigo. Ele se autoriza pela necessidade de tratar o fazer historiográfico abrindo um viés mais alargado acerca das razões que geram e produzem os documentos. Sobretudo, ele é, ainda, o esforço de trazer para a discussão aspectos do fazer historiográfico que nunca serão temas vencidos. Nos seus últimos momentos, Marc Bloch produziu um emblemático texto, *Introdução à História (Apologia da História)*, cuja primeira indagação é “para que serve a história?”. Penso que Bloch falava para iniciantes, para os que estavam chegando, mas também para os futuros, de todas as décadas futuras, discípulos da História. Ele empreende um esforço para elucidar questões que, podendo parecer simples, são lições metodológicas depuradas em anos de estudo, pesquisa e escrita.

* Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: vdurando@uneb.br.

Marc Bloch escreveu obras historiográficas de fôlego, tendo sido um dos idealizadores e autor do projeto do *Annales d'Histoire Economique et Sociale*. Sobre a produção da sua *Apologia da História*, descreve Rojas (2013, p. 442):

[Bloch] irá resumir nesse belo e incompleto livro suas reflexões de décadas em torno do objeto da ciência histórica, dos métodos e técnicas dessa ciência do que é um fato histórico [...], do enorme problema do tempo histórico [...], dos elementos e requisitos do método crítico aplicado aos testemunhos e às fontes.

Bloch escreveu um “manual”.

Não trataremos aqui, de forma específica, o viés marcadamente arquivístico da abordagem sobre documento, mas faremos um esforço de diálogo entre os conceitos histórico e arquivístico de fontes/documentos, por um lado, e de documentos de arquivo, por outro lado.

Para os jovens alunos da História, nada pode ser mais significativo que discutir técnicas de trabalho; aliás, técnicas amparadas em ferramentas a cada dia ampliadas pelas novas tecnologias e, em consequência, pelas inúmeras possibilidades de acesso a essas tecnologias. Se, para Jacques Le Goff, o advento dos computadores já indicava uma “nova história”, capaz de realizar a quantificação, de produzir cruzamentos e elaborar planilhas numéricas, de proporcionar leituras múltiplas e compreensões ousadas, hoje, as novas tecnologias, desdobramento daquelas às quais se referia, possibilitam o que de mais caro e valioso pode ser oferecido ao historiador: o caminho rápido à informação, a possibilidade de reprodução segura e responsável da fonte, tudo isso de dentro de casa.

Os arquivos, respondendo ao seu caráter de espaço de cidadania e de disseminação da informação, ampliam, sem anteverem fronteiras, as possibilidades de comunicação entre si, de cooperação e de acessibilidade. Dessa forma, mesmo que para nós essa paisagem ainda seja algo um tanto sombreada, é uma realidade em muitas das mais importantes instituições arquivísticas do mundo. É assim na Inglaterra, na França, na Holanda, em Portugal e na Espanha, apenas citando aqueles países que nos remetem à nossa história de forma mais particular e oficial.

Uma vez que a criança foi alfabetizada devemos perguntar: o que ele vai fazer com essa habilidade? A resposta parece óbvia: ler. Eu perguntaria: ler o que? Assim, podendo contar com condições favoráveis, acesso e agilidade, pergunto: o que farão dessa ferramenta os nossos jovens pesquisadores/historiadores brasileiros? Ainda é, para muitos estudantes, uma dificuldade a pesquisa em arquivos. Algumas barreiras foram se antepondo e, muitas delas, pelo equívoco cometido na condução dos cursos de graduação, em suas reformas, quando retiraram do percurso curricular alguns componentes, tais como a paleografia, a diplomática e a arquivologia, e promoveram a redução de carga horária de componentes responsáveis pela formação do pesquisador, como as disciplinas de “pesquisa”, por exemplo. Certamente esses equívocos não se produziram por simples desatenção. As ações têm componentes políticos, isto é, estão a serviço de novas políticas educacionais, descompromissadas com as questões acadêmicas, de formação e qualificação dos estudantes. Nenhum currículo é inocente, nem está desatrelado das questões políticas. O currículo é uma construção social, é uma ferramenta de ordem política e os currículos são concebidos e reformulados para atender ao poder hegemônico.

Alguns conceitos já firmados pela história e pela arquivologia definem documento. O documento, digo, o documento de arquivo é antes de tudo resto, rastro. Rastro porque memória. Presença na ausência. Uma representação. Sim, os documentos são restos, sobras do passado. Sobras aleatórias, fora do controle do historiador. Adverte H. I. Marrou (1976., p. 63): “Os documentos conservados não são sempre (a experiência sugere quase que se escreva: não são nunca) aqueles que nós gostaríamos, que seria bom que fosse. Ou não os há, ou não chegam.”

Ainda, há algo que precisamos dizer de imediato: os documentos não foram produzidos para a História! Eles são história, também! História como todo o *resto* da existência humana. São histórias representativas.¹ São compreensões de fatos, de acontecimentos, circunstâncias, são momentos. São memórias do cotidiano produzidas, como já sublinhavam Charles Langlois e Charles Seignobos, em finais do século XIX, sobre os documentos:

Um traço de ordem psicológica: é uma descrição ou relação escrita, é simbólico: não é o próprio fato; não é, sequer, a impressão imediata do fato no espírito da testemunha; é, exclusivamente, um sinal convencional da impressão produzida pelo fato no espírito da testemunha (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 45).

Tomemos como um bom exemplo dessa afirmação feita pelos metódicos um trecho do depoimento de José Joaquim de Santana, um dos revoltosos da Conjuração Baiana. No depoimento, colhido pelo notário, o depoente afirma:

Que no dia de Sábado vinte e cinco do corrente mês de Agosto pela uma hora da tarde, achando-se ele denunciante na sua loja de cabeleireiro na rua direita do Corpo Santo, aí chegara o dito João de Deus, a convidá-lo de propósito, para na noite daquele mesmo dia se achar no campo do dique do Desterro, onde estava tratado por ele João de Deus, e mais duzentos indivíduos, celebrarse uma sessão a respeito de um levantamento, e rebelião, que se projetava executar nesta Cidade, e seu distrito, para efeito de se erigir um ideado sistema de liberdade, com destruição de todos os Membros da Administração Pública, Política, e Econômica que rege este continente, debaixo das saudáveis Leis de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde, muitos anos.²

O notário, um homem branco³, investido de poder, deveria ouvir e tomar assento de tudo quanto fosse perguntado e tudo quanto fosse respondido no interrogatório realizado pelas autoridades policiais responsáveis pela apuração dos acontecimentos. Vale lembrar que o documento gerado e produzido é um documento público produzido pelo poder. Necessário também atentar para a comoção na qual viviam todos os envolvidos: conjurados, policiais, familiares dos envolvidos e senhores dos

¹ Representativas. A expressão está sendo usada no sentido exato de representação. Algo que representa outro. Os documentos pretendem representar, na sua narrativa, na sua expressão visual... algum acontecimento. Não são a realidade. Aliás, essa é tão múltipla quantos forem os seus intérpretes.

² Disponível em: http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/biblioteca/brasil/hb_colonia/hb_colonia.htm

³ Essa afirmativa está respaldada em documentos públicos da burocracia colonial, que estabelecia requisitos para a admissão nos cargos da administração colonial. As primeiras características para que alguém chegasse ao posto de notário seriam: ter “limpeza de sangue”, possuir uma idade a partir dos 25 anos, ter cidadania do Reino, prestar bons serviços, ter recebido uma boa instrução e formação, estar casado, ser idôneo moralmente, ter capacidade física-mental, apresentar folha corrida de isenção de culpa-crime e, finalmente, ser do sexo masculino.

escravos que participaram do movimento. A própria cidade quedou-se comovida. É possível imaginar a senhorazinha surpreendida pela rebelião, sabendo pela vizinha o que tinha acontecido. Essa comoção foi vivenciada de formas as mais diversas e com sentimentos diferenciados. Não é difícil imaginar que o medo, talvez, fosse o mais comum entre todos. Mas ainda podemos pensar em outros sentimentos, como a raiva, o desapontamento pelo fracasso, a revolta pela delação, a dor pelas mortes. Por outro lado, havia o sentimento vivenciado pelos representantes do poder, tais como: sentimento de revanche, de punição, de raiva pelo desacato sofrido, pelo desrespeito ao poder constituído, pela ousadia... Ainda, quem sabe, havia o sentimento de piedade diante do que se sabia que viria a acontecer.

Estamos tentando delinear o panorama psicológico do momento em que José Joaquim de Santana deu o seu depoimento, fez sua denúncia. O historiador tem prévia leitura dos acontecimentos, tem acesso às fontes. seleciona, lê, estuda os trabalhos historiográficos, cerca-se da literatura produzida sobre o objeto. Esse exercício, que não se esgota aqui, com essas breves questões, pode ajudar a pensar o documento que foi produzido pelo notário. O documento se quer frio, imparcial. Pretende a neutralidade, mas, tendo sido produzido por um ser humano, não pode livrar-se da subjetividade. Tampouco se pode retirar do notário sua compreensão acerca dos acontecimentos, seu lado! Quanto a José Joaquim de Santana, suas respostas não estão separadas dele, do lugar do sujeito, de sua história, de suas crenças, de suas lutas, nem de seus medos. As respostas também são narrativas. Expressões como “levantamento”, “rebelião”, “destruição” e “saudáveis leis” não podem ser ignoradas. O notário faz uso delas, de certa maneira, antecipando um parecer. Um documento público é cercado do protocolo que o tornará “autêntico”, mas, sobretudo, é um documento que reproduz o tempo histórico, tempo pautado pelas contradições humanas, subordinado aos fenômenos que se processam em curta, média ou longa duração. Para a história, a crítica documental avançará além desse aspecto. Estão aí algumas questões que, não sendo novas, são sempre tomadas como tal. Refiro-me à subjetividade e à narrativa histórica. Sobre a subjetividade e o relativismo, lanço mão dos argumentos de Marc Bloch (1965, p. 49):

Toda narrativa de coisas vistas assenta, numa boa metade, em coisas vistas por outrem [...] Porque no tecido imenso de eventos, de gestos e de palavras de que se compõe o destino de um grupo humano, o indivíduo somente se apercebe de um cantinho estreitamente limitado pelos seus sentidos e pela sua faculdade de atenção [...] todo o conhecimento da humanidade, seja qual for, no tempo, o seu ponto de aplicação, extrairá sempre dos testemunhos de outrem uma grande parte da sua substância. A posição do investigador do presente não é lá muito melhor que a do historiador do passado.

O depoimento produzido pelo notário público não é, como não serão todos os outros depoimentos colhidos, a verdade sobre os acontecimentos, não é o acontecimento! Como bem diz Arlette Farge (2009), “dar a ler textos antigos não é recopiar o real.” Também, não é a única possibilidade de compreensão dos acontecimentos. O texto terá que ser compreendido, tomado pelo historiador, dentro das suas múltiplas temporalidades. Neste caso, a temporalidade política, econômica, social, psicológica da Colônia. As muitas temporalidades dos revoltosos, nesse caso específico, é uma

temporalidade atravessada pela fé, pelo divino. Trata-se, pois, de um documento atravessado pelo simbólico, pelo psicológico. Isso exige uma fala, ainda que pequena, sobre o tempo histórico.

Difícil para os que não labutam na História compreender essa ciência que tem como objeto o homem no tempo. Não em qualquer tempo, mas no tempo da história. Um tempo que transcorre entre tensão e conflito. O que pode estar fora desses dois momentos? Podemos apreender o tempo da história nessa frase de Febvre, naquilo que ela tem de mais significativo, sobre a tarefa do historiador: “a história deve ser o estudo das rupturas, mas o seu ponto de partida é a permanência.” (FEBVRE, 1985). Porque não é observando a guerra em seu cotidiano que se vai compreender as razões de termos chegado ali, assim como não é observando os dias de horror e morte das pestes, assombrando a existências dos medievos, que compreenderemos a doença, sua natureza, as instituições e suas fragilidades, a medicina e seu impasse. Esses momentos devem ser vasculhados pelos historiadores também e especialmente em tempo anterior, aquele que antecede ao clímax. Ruptura, permanências, tensões e conflitos mergulhados no tempo, o breve, o curto ou o longo. Mas, os acontecimentos ainda podem ser narrados em um tempo cujo sentido não está sob qualquer medida secular. O tempo da Igreja em sua Liturgia das Horas e do Tempo. Laudes, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas. Cada uma delas evocando um “tempo” carregado de memória. Laudes lembra a ressurreição de Cristo; Véspera, a última ceia; Terça, Jesus crucificado; a Sexta é o calvário; Noa, Jesus expira na cruz; e Completas, ao deitar-se. Esse tempo emosteirado divide o dia e a noite segundo a fé. Certamente, um tempo que a história não pode ignorar.

Ainda será preciso discutir certa “corrida” aos arquivos. Um novo olhar aos textos, um reviver da erudição. A Paleografia e a Diplomática transformadas em uma história dos usos sociais da escrita. Frente ao depoimento dado por José Joaquim de Santana, ou qualquer outro, será preciso estar atento a esse mundo mental e psicológico que pode estar numa leitura “a contrapelo.”

A massa documental, aqui fazendo referência a documentos manuscritos ou impressos, precisa ser antes compreendida na sua produção, assim como as razões pelas quais os documentos foram gerados. A clássica documentação de arquivo, aquela gerada de forma oficial, os documentos produzidos pelo próprio poder político, povoa os arquivos públicos (nacionais, estaduais e municipais, no caso brasileiro), aos quais cabe custodiar a documentação gerada e produzida nos vários âmbitos: documentos de gestão, documentos do poder. Os fundos arquivísticos, suas séries e subséries, organizados e preservados de tal forma que guardem relação orgânica entre si, permitem ao historiador, em especial, e a todos os pesquisadores, de forma geral, a aproximação possível com o cotidiano dos sujeitos históricos, suas sociedades, seus costumes... suas vidas, capturadas, sempre de forma incompleta, a partir da narrativa dos textos.

O tratamento arquivístico, empregado na organização dos acervos documentais, possibilitou, através da organização seriada, a compreensão do cotidiano de pessoas em suas atividades, trabalho, lazer... permitindo avançar em estudos da história das mentalidades ou psicologia histórica, como lembra

Roger Chartier, em *À beira da falésia* (CHARTIER, 2002, p. 63). Claro, não é uma novidade. Os novos objetos, as novas abordagens e os novos problemas tiveram o amparo desse novo arquivo, regido pelo princípio do *respect des fonds*. Com os documentos tomados, assim, em suas séries, de modo a poder construir certa regularidade, é possível construir a síntese.

A “descoberta” das series arquivísticas, a possibilidade de quantificação, de acompanhamento sequencial, periódico, temporal, acerca de preços e salários, as séries demográficas, registros de batismo, casamento e óbito, possibilitam e amparam uma história, “que estabelece para si novos critérios de cientificidade, reconhecendo o caráter parcial e provisório de suas verdades, sinalizando para a necessidade constante de sua reescrita pelas novas gerações”, como bem nos alerta Febvre (1985). Diante dessa massa documental, seriada, foi possível exercitar inúmeras possibilidades de compreensão do cotidiano dos homens e das mulheres, “identificar estruturas e regularidades, portanto formular relações gerais” (FEBVRE, 1985). Agora, os “pobres” surgem entre as “massas dormentes” dos arquivos e podem se oferecer à visão do historiador e da história.

A quantificação, a história serial, a possibilidade de cruzamentos, da elaboração de listas, entre tantos outros facilitadores que o advento da computação trouxe, ainda podem ser pensadas dentro do “fazer historiográfico” nesse tempo de aceleração e de informações em abundância, sobretudo, e em todos os tempos.⁴ O trabalho arqueológico, por exemplo, oferece a possibilidade quase imediata de se ter imagens produzidas com aproximações da realidade antes jamais imaginadas. Ou, estando de posse de uma informação (manuscrito, imagens, etc.), ainda mergulhadas na incompreensão do tempo passado, o historiador poder submetê-las a cruzamentos, aproximações e trocas de informações, de tal ordem que não será, como não é, difícil encontrar interpretações, acréscimos e troca de informações, questionamentos, numa tal rapidez que o acontecimento logo terá uma grande produção de textos e artigos disponibilizados pela *net*. Essa aceleração capaz de promover a disseminação da informação permite, também, fazer chegar às salas de aulas o documento, o vestígio em todo o seu processo, o achado, o tratamento dado ao seu suporte em todos os estágios (restauração, transcrição paleográfica e diplomática, restauro arqueológico etc).

A rapidez com que circulam as informações, possibilitando leituras e releituras, acréscimos, discussões, permite a elaboração e difusão de artigos e debates acadêmicos. Antes, era necessário aguardar a publicação de um livro, a sua leitura e a sua discussão em longas jornadas de congressos, encontros e seminários, para que novos textos fossem produzidos e a roda girasse novamente. Agora, essas etapas importantíssimas são mais ágeis, mais eficientes e podem chegar a todos com maior transparência. As novas tecnologias, em boas mãos, são ferramentas indispensáveis na construção,

⁴ Fazer historiográfico está no sentido da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula de maneira que o professor, de posse das ferramentas disponibilizadas pelas novas tecnologias, consiga fazer chegar aos estudantes o quanto caminhamos no processo da pesquisa histórica. Essas novas tecnologias estão em visibilidade no tratamento virtual das fontes manuscritas, por exemplo, facilitando a sua leitura, bem como no trabalho da arqueologia que, de posse dos vestígios, dos restos pode oferecer condições de reconstrução aproximada de um tempo onde se supunha enterrado, morto.

elaboração do conhecimento histórico, bem como na melhoria da qualidade do ensino e na formação de estudiosos da história. Não temos dúvida.

Quando confrontados os conceitos, histórico e arquivístico, de documento, algumas questões se impõem. Uma é definir testemunho. O conceito de testemunhos históricos não deve ser confundido com o de documentos históricos, até porque todo documento é, pode ser, será um documento histórico. Essa condição só esta subordinada a escolha/seleção nos acervos e a passagem desse estágio para de fonte. O conceito de testemunho foi tomado dos tribunais. Ele é uma observação, mas muito distante da observação que se exige nas áreas de conhecimento científico clássico. O testemunho está atrelado à presença diante dos acontecimentos. Logo, a testemunha é alguém que esteve presente no ato. Testemunhou, viu. Márcio Seligmann-Silva (2005, p. 82) sugere ver o testemunho “como um vértice entre história e memória, entre os fatos e a narrativa, entre o simbólico e o individual.” Essa fala pode ser desdobrada de maneira a que, como gosto, possamos nos entender. História e memória estão em lados opostos. Vamos lembrar o que diz sobre essa oposição Júlio Pimentel Pinto (1998, p. 206): “História e memória, apesar das aparentes semelhanças, como é insistentemente repetido, diferem.”

A memória, sempre manipulável, submetida à lembrança e ao esquecimento, não conhece a crítica, por isso não pode ser confundida com a história. Como “vértices”, História e Memória diferem. Os acontecimentos, em suas essências, nunca serão recuperados ou flagrados num *cliv* mágico. Eles encontram-se subordinados à memória histórica, isto é, à narrativa, à representação construída a partir do sujeito, em sua individualidade, em seu cotidiano. Afirmo Weber (2001): “Em cada linha de um relato histórico, sim, em cada escolha de arquivo ou documento para publicação, estão embutidos ‘juízos sobre possibilidades’, ou melhor: devem estar embutidos, se a publicação pretende ter algum ‘valor científico.’”

Ainda assim, já tendo nos redimido do conceito de “autoridade” para caracterizar documento, substituindo de forma muito feliz por “fonte”, penso que Colingwood diz sobre a fonte algo de muita simplicidade, de muito saber:

El primero de estos movimientos no traspasó los límites de la historia de “tijeras-y-engrudo”; pero alteró permanentemente su carácter. Tan pronto como se llegó a comprender que una afirmación determinada, hecha por un determinado autor, no se debe aceptar jamás como verdad histórica hasta no investigar sistemáticamente la verosimilitud del autor, en general, y de su declaración, en particular, la palabra “autoridad” desapareció del vocabulario del método histórico, excepto como supervivencia arcaica; porque a partir de entonces se consideró al autor de la afirmación no como alguien cuya palabra debe considerarse como la verdad, significado del vocabulo autoridad, sino como alguien que ha subido voluntariamente al banquillo para que se le examine a fondo. El documento hasta entonces denominado autoridad adquirió un nuevo *status* que se describe com toda propiedad al llamarlo “fuente”, palabra que indica sencillamente que contiene la afirmación, sin implicación ninguna respecto de su valor. Es está *sub judice*, y es el historiador quien lo juzga (COLINGWOOD, 1968, p. 250).

Definir as fontes precede de competência. Podemos dizer, sem medo de sermos denunciados como “historiadores embolorados”, pede erudição. Conhecimento significativo do objeto de estudo, domínio da bibliografia sobre o objeto, do estado da arte, prontidão em paleografia e diplomática e na teoria que baliza a organização dos arquivos. Conhecer a escrita de cada época é fundamental para a leitura e compreensão dos registros. Sobre a relação entre o historiador e sua fonte, seu documento, argumenta Marrou (1976, p. 79) que “essa dialética do Eu com o Outro” supõe a existência de uma larga comunhão fraternal entre sujeito e objeto, entre historiador e documento (para sermos mais preciso: é o homem que se revela através do documento, esse sinal).

A relação entre eles, historiador e documento, vai sendo construída através do conhecimento de sua linguagem, do domínio de seu vocabulário, dos falares! Uma “comunhão fraternal” capaz de suportar as contradições e compreender. Ainda estou imersa em Marrou (1976), que apela para Santo Agostinho: “não se pode conhecer ninguém a não ser pela amizade.” Nesse sentido, qual será o papel da crítica? Será possível que essa “amizade”, essa compreensão terá como fim o desleixo com a crítica? Penso que não. Não exercemos a crítica para a construção do cadafalso, para o julgamento. Até porque não criticamos as fontes, os documentos, para descartá-los. A crítica faz parte do conhecimento e do esforço de compreensão. Para Maria Odila Silva Dias, o historiador estabelece um conhecimento relativista na crítica de suas fontes:

Perspectiva sempre provisória que se estabelece entre a consciência do historiador, na contemporaneidade, e as fontes do passado, coligidas e interrogadas através de um processo dialógico de compreensão. Para Reinhard Koselleck, um estudo da contemporaneidade e não do contemporâneo (DIAS, 1998, p. 234-235).

Queremos estabelecer critérios, queremos discernir! Quem critica, segundo Antonio Candido (1958, p. 2), “lê, sente, pensa, intui certos traços esclarecedores e organiza as impressões em torno de alguns princípios solidamente estabelecidos [...] quer mostrar o humano ‘ondulante e diverso’.”

Sim, não estamos esquecidos da Diplomática, sua ciência em revelar o falso e o verdadeiro, a autenticidade revelada pela desconstrução do diploma para examinar em suas, muitas, partes protocolares e físicas a sua condição de verdadeiro ou de falso. A tinta, o papel, o papiro o espírito do texto e sua contemporaneidade. A escrita e sua evolução, tudo faz parte da crítica, dessa busca pelos critérios. Está aí a erudição de Cister e dos Bolandistas.

Ainda é preciso tratar dessa expressão: compreender. Seria muito difícil, penoso, tentar compreender alguma coisa de que não se tem nenhum conhecimento. Isso porque compreender carece de informação, “da capacidade de estabelecer afinidades psicológicas que permitirão imaginar, sentir, compreender os sentimentos, as ideias, o comportamento dos homens e mulheres do passado que virá a encontrar nos documentos” (CANDIDO, 1958, p. 92).

Trazendo a lente para a o historiador, é preciso observar que a compreensão dos documentos, a qualidade dessa familiaridade, que vai sendo construída entre ambos, depende muito do quanto de informações dispõe o historiador sobre esse tempo, sobre esse homem, sobre essa cidade sobre aquele

cotidiano. Por vezes nos deparamos com colocações que nos provocam sustos ou inquietações. Situações em que o historiador diz: “pode ser que tenha morado nesse bairro”, ou ainda, “é possível que tenha viajado a essa país e que tenha presenciado a tal conflito”. O que confere credibilidade a falas como essas? Que experiências asseguram um historiador tal confiança? Penso que esse é o momento em que a “amizade” construída por anos de pesquisa, o lidar cotidiano com documentos, com arquivos, com o tempo dedicado a seu objeto, com o passado aproximado pelas mais diversas tipologias documentais, sobre uma vasta “amizade” com a literatura e com as obras contemporâneas ao seu objeto, sustentam uma narrativa que pode usar desse atrevimento. Estamos falando de alguém que sabe exercer o seu ofício.

De volta aos documentos, nunca é demais lembrar que Febvre, na defesa pela história problema, rompe com o conceito *metódico* de documento, ampliando de forma definitiva o seu alcance.

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivo em cujo favor se cria um privilegio – o privilegio de daí tirar, como dizia o outro, um nome, um lugar, uma data;... mas também um poema, um quadro, um drama, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamentos e de ação em potência... Os textos, evidentemente: mas, não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona [...] A história que se edifica, sem exclusão, como tudo o que o engenho dos homens pode inventar e combinar para suprir o silêncio dos textos, os estragos do esquecimento (FEBVRE, 1985, p. 24).

Outra ferramenta, de uso tão antigo, a oralidade, teve sua “redescoberta” em um momento em que esse gênero pareceu ser o único capaz de aproximar o homem comum, suas experiências, suas lutas, seus saberes e sua indignação, dos cientistas sociais, isto é, os sociólogos, antropólogos e historiadores. Alguns dão a ela o status de História Oral. Muitas vezes tomada como atalho pelos alunos para evitar os arquivos e sua complexidade; ou, ainda, pelo engano de pensar ser impossível fazer uma história engajada, voltada para os movimentos sociais, usando documentos produzidos pelo poder, pelos organismos públicos, os documentos de arquivo, assim comumente tratados. E, desse modo, deixam de perceber o quão difícil é ouvir e respeitar o ouvido. Também se enganam os que imaginam ser suficiente um gravador nas mãos e uma lista com perguntas formuladas na expectativa de uma resposta reveladora. Não é assim.

A oralidade não é uma novidade na história! Ela foi a ferramenta de Heródoto em suas obras. Por outro lado, é preciso não esquecer que todo material produzido pela escuta dos depoimentos será uma narrativa escrita em algum momento. A oralidade é um meio de expressão, um discurso, e está subordinada à crítica como qualquer outro documento. O que fará dela uma “fonte para a História” é o trabalho do historiador, aliás, da mesma maneira que acontece com a documentação de arquivo.

A eloquência de Febvre não deixa dúvida quanto às inúmeras possibilidades de transformar acervos em fontes para a história:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1985, p. 24).

Essa história problema sabe, também, que é sobre a inquietação desse problema hoje, no presente, que ela vai buscar essa aproximação com o passado, através do diálogo com as fontes. Sobre esse “hoje”, bom lembrar a expressão de Colingwood (1968) “deve cada geração nova escrever a história à sua própria maneira.” Cada geração vive os problemas sob as mais diversas interpretações, assim alerta Glenisson (1961), escudado pela ideia de Lucien Febvre (1948, p. VII): “Toda História é... filha do seu tempo.”

Sobre esse pretense diálogo com as fontes, trago aqui a posição de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1994). O professor adverte que continuar afirmando que o documento responde, que fala com o pesquisador, é equivocado. Isto porque, entre os dois, documento e pesquisador, a fala é a do pesquisador, que traz no seu monólogo um problema e a necessidade de sua compreensão. O que o documento tem a dizer está dito. A historiadora Maria Odila Silva Dias ainda acrescenta:

O conhecimento histórico é mais do que o estudo do presente, pois constrói-se na medida do diálogo estabelecido entre o historiador e os fragmentos do passado, que vão se ampliando na medida em que aquele diversifica as questões. O processo crítico de construção desse diálogo é feito do confronto dos conceitos contemporâneos com os conceitos embutidos nas suas fontes (DIAS, 1998, p. 234).

E, como “fazer uma pergunta não é formular um problema”, como identificar o problema? Ter todas as fontes na mesa não assegura a construção de um bom problema. O problema. Aquilo que nos inquieta, que não se acomoda em nós, que provoca, que questiona o que está posto não nasce de forma aleatória. É fruto da inquietação do presente, mas, sobretudo, é fruto do labor diário. Somos trabalhadores da história. As questões estão à nossa volta, elas nos tocam, se insinuam de formas as mais variadas. São notícias nos jornais, são debates acadêmicos, são queixas populares, são conflitos, são histórias!!! Problematizar questões para a investigação da história é uma tarefa difícil. É um trabalho. Uma vez que o problema se materializa, que a questão se impõe, as fontes, a pesquisa documental, a ampla pesquisa, dará caminho à narrativa. Afinal, “seja qual for a sua forma, o discurso do historiador é sempre uma narrativa” (CHARTIER, 2002, p. 85).

A *mise em intrigue* é a trama urdida dessa fatia de vida recortada de suas inúmeras temporalidades. Ou, como compreende Paul Veyne (2008), uma narrativa para a construção do “Romance Real”, o

trabalho árido de harmonizar “narrativização” com “semantização”.⁵ Mas, ainda podemos tomar como desafio a frase de Michel de Certeau: “Passado é, também, a ficção do presente!”

A relação problema-documento-fonte-compreensão possível somente terá sentido para a história quando posta na forma de narrativa histórica. Não considerarei a “explicação” como elemento dessa cadeia uma vez que isso nos obrigaria a enfrentar sérias e longas leituras de Vico, Spinoza, Dilthey e Hampel, dentre outros. Entretanto, atentemos para o que diz Paul Veyne (2008, p. 82-83):

O termo explicação é tomado, ora num sentido forte, onde explicar significa “atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral”, como fazem as ciências ou a filosofia; ora num sentido fraco e familiar, como ao dizer: “deixe-me explicá-lo o que se passou e logo compreenderá”. [...] a despeito de certas aparências e de certas esperanças, não existe explicação histórica no sentido científico da palavra [...] essas explicações levam àquelas do segundo sentido do termo; essas explicações “familiares”, do segundo gênero, são a verdadeira, ou melhor, a única forma de explicação histórica [...] Cada um sabe que, abrindo um livro de história, o compreende como um romance ou algo parecido; por outras palavras, explicar, da parte do historiador, quer dizer “mostrar o desenvolvimento da trama, fazer compreendê-la”. Assim é a explicação histórica: sublunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de compreensão. [...] assim é o mundo do sublunar da história, onde reinam, lado a lado, liberdade, acaso, causas e fins, em oposição ao mundo da ciência, que só conhece leis.

Como nenhuma compreensão será a única, Veyne terá, certamente, entre seus pares, outras compreensões para explicação.

A seleção das fontes, esse transformar de acervos em fontes, é uma operação que pede o rigor da crítica documental e o seu domínio. Como, por exemplo, estabelecer um diálogo com um relato médico do século XIX? Não é só um relato. É um relatório médico publicado num periódico “científico” da área médica, neste caso a *Gazeta Médica da Bahia*. Vamos ao documento. O relato faz parte da sessão Registro Clínico e traz o título seguinte: “Prenhez Extra-Uterina de 18 mezes; extracção do feto pela incisão abdominal; morte no 19º dia da operação; autopsie; reflexões. (*) Pelo Dr. J. F. da Silva Lima.”⁶ Segue um breve resumo do relato:

Joana era escrava de um médico no Camamu. Apresentado prenhes e não tendo conseguido levar a gravidez a termo, Joana queixou-se de dores e de ventre volumoso. Seu senhor buscou ajuda dos colegas em Salvador, internando Joana no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Mesmo tendo sido empregados muitos esforços e tratamentos, o quadro de Joana piora e os médicos cogitam uma intervenção cirúrgica. Nesse procedimento, o médico constata a presença de um feto morto. Após a cirurgia, Joana padece de dores e morre. Após a sua morte, os médicos realizam uma autópsia e constataam um equívoco no diagnóstico. Joana teve uma gravidez ectópica e morreu em razão de complicações oriundas do quadro.

⁵ Julierme Morais (2018) refere-se ao trabalho de identificar fatos interligados colhidos na documentação histórica, construindo atribuição de sentido aos fatos no enredo urdido.

⁶ *Gazeta Médica da Bahia*, n. 22, p. 255–261, 25 de maio de 1867

Esse relato médico poderia ser pensado então como um testemunho? Um testemunho voluntário como os diários, os relatos de Heródoto? Ele, o médico Silva Lima, estava lá, presenciou o acontecimento. A testemunha que conhecemos através de Heródoto, a testemunha direta, aquela que diz eu vi, não é a mesma que se apresenta no relatório do médico. Ele não se comporta como testemunha porque o testemunho em Heródoto é aquele que quer preservar a experiência para que ela não caia no esquecimento. Silva Lima é sujeito ativo desse acontecimento. Os outros médicos que atuaram junto a Joana do Camamu não se manifestam e, sobretudo, Joana não pode fazer o seu relato. Aliás, o mutismo de Joana durante todo o relato “grita” por seu desejo de não se submeter ao tratamento. Mas ainda é preciso identificar essa fonte, trazê-la para a narrativa histórica. O relato não pode ser compreendido fora da Gazeta Médica, fora da concepção de cientificidade das *gazetas* de sua época. Também é preciso dizer que a Gazeta nasce fora do ambiente da Faculdade de Medicina, um dado que não pode ser ignorado. Esse relato precisa se relacionar com a medicina de sua época e com o médico que o assina. Quantos outros documentos serão necessários para compreender esse relato? Quantas fontes serão necessárias para a aproximação com a temporalidade soteropolitana... Ainda podemos dizer sobre o relato médico que ele não é fruto apenas da medicina e sua ciência em construção. Os equívocos, hoje identificados, cometidos pelos médicos, indecisões por um tratamento ou outro, tudo isso pode ser narrado, pensando a narrativa como Veyne (2008) propõe: uma forma de explicação que duela com as lacunas e que se escuda na causalidade, “o rei bebeu a água porque tinha sede”!

O documento está repleto de outras informações, com lacunas também. Não pouco relevante o fato de “Joana do Camamu” ser uma escrava, tampouco o fato de que ela vai morrer em um hospital porque era escrava de um médico. Aqui, é preciso deixar claro que os hospitais eram frequentados por gente pobre, gente que ocupava a base da pirâmide social. Escravos, libertos, embarcações, pobres de rua e a pobreza envergonhada.⁷ O que faz de Joana um caso em separado é que tenha sido trazida do Camamu para que tivesse alguma oportunidade de tratamento. Joana era jovem, uma escrava que, naquela altura deveria estar avaliada em 600\$00 reis. Ela faz a travessia até Salvador em barco e é internada no Hospital da Caridade, Hospital da Santa Casa da Misericórdia, para ser examinada e cuidada pelos melhores médicos da capital da Província. Isso também carece ser esclarecido. Os médicos que cuidaram de Joana eram, todos eles, nomes de muita relevância na medicina de Salvador, lentes da Escola de Medicina e membros da *Gazeta Médica da Bahia*. O hospital da Santa Casa era, fazendo uma comparação muito ampliada, o hospital-escola da nossa Faculdade de Medicina.⁸ A medicina que se praticava na velha capital da Província era a mesma praticada na Corte, no Rio de Janeiro. As teorias que sustentavam a prática médica ainda estavam subordinadas a Boussais:

No interior da Escola de Medicina, os facultativos dividiam-se entre permanecer no vitalismo, ou reconhecer a patologia; manter a tradição francesa de Montpellier ou

⁷ Pobreza envergonhada. Expressão usada para os brancos sem recursos, sem cabedal e sem proeminência. Pessoas que se escondiam dos olhares curiosos e preconceituosos acerca da pobreza entre pessoas brancas. Estamos falando de uma experiência muito comum no Brasil colonial e imperial.

⁸ Em 1816, o hospital passa a receber alunos da Academia Médico Cirúrgica da Bahia.

aderir ao modelo alemão de Rudolf Virchow. O modelo anglo-germânico, visto como uma postura de vanguarda, alertando principalmente para a ideia do contágio, indicava, ainda que com dificuldades, o esforço de alguns lentes em trazer para a Escola o novo – a medicina social (RIOS, 2001, p. 23).

Esse documento, o relatório do doutor Silva Lima, traz a contrapelo o tempo de tensão e de conflito, o tempo da história. O insucesso dos médicos no atendimento a Joana traz à superfície fragmentos dos múltiplos tempos dessa cidade, suas gentes, seu cotidiano, suas lutas e seus dilemas. Nesse caso, a doença e a saúde, a vida e a morte. Joana e a sua escravidão e a escravidão dos outros. A medicina de um império tentando equilibrar-se sobre seus equívocos, suas contradições. A “modernidade” política das nações capitalistas, favorecendo a franca expansão de uma classe média consumidora, e a manutenção de uma sociedade arcaica ainda sustentada por braço escravo. Sob esse aspecto, o documento é mesmo um monumento.

O cotidiano do Hospital da Caridade, os médicos, as enfermeiras, os pacientes, a luta por melhores condições, a ausência de investimentos e uma medicina local que se ressentia do tratamento diferenciado que o império dispensava entre as Escolas de Medicina da Bahia e a da Corte, no Rio de Janeiro. Também está presente em todo o documento a condição feminina. A deficiência no saber médico, aliada ao pouco conhecimento das especificidades femininas, conduziram Joana a uma situação sem saída. Sua morte estava anunciada, mas as justificativas apresentadas pelo médico não foram essas que apontamos aqui, de forma rápida. Ele alegou a condição de escrava, de ter uma vida “aerada”, o que justificava sua gravidez ectópica.

Essa narrativa, essa *mise en intrigue*, esse romance real, esse documento, essa história, não deve seduzir o historiador ao ponto de não ir em busca de outros rastros, outros vestígios, outras narrativas. A dramaticidade da “paixão” de Joana não pode encobrir outras tantas histórias e muitas outras memórias que esse documento/monumento pode revelar.

CONCLUSÃO

Penso que nenhum trabalho de historiografia apresenta conclusão. O que fazemos aqui é cumprir uma exigência do texto acadêmico. É preciso escrever a conclusão. Aqui, concluo valendo-me de Jacques Le Goff: “a história se faz com documentos.” Com todos.

REFERÊNCIAS

BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América., 1965.

CANDIDO, A. *Crítica impressionista*. São Paulo, maio 1958. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/viewFile/8635988/3697>.

- CHARTIER, R. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2002.
- COLINGWOOD, R. G. *Idea de la historia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, México, 1968.
- DIAS, M. O. S. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, p. 223-258, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/779/showToc>.
- FARGE, A. *O sabor dos arquivos*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FEBVRE, L. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1985.
- FEBVRE, L. Preface. In: MORAZÉ, C. *Trois essais sur histoire et culture*. Paris: Armand Colin, 1948, (Cahiers de Annales, 2).
- GLENISSON, J. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C. *Introdução aos estudos históricos*. Livro II. São Paulo: Renascença, 1946.
- MARROU. H. I. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster, 1976.
- MENESES, U. B. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, jan.-dez. 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47141994000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.
- MORAIS, J. Paul Veyne e Hayden White: duas visões acerca da narrativa histórica. *Aedos*, Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 263-284, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/76623>.
- PINTO, J. P. Os muitos tempos da memória. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, p. 203-2011, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11146/8177>.
- RIOS, V. D. B. *Entre a vida e a morte: médicos, medicina e medicalização na cidade do Salvador (1868-1880)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- ROJAS, C. A. Marc Bloch, como e por que trabalha um historiador. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*: Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005.
- VEYNE, P. M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. da UNB, 2008.. 2008.
- WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2001.

Data de submissão: 15/05/2020
Data de aprovação: 22/05/2020